



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Projeto de Resolução 372/2025  
Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

INSTITUI O CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO  
"DIRCEU ALVES DA SILVA" AOS ATLETAS DE  
CORRIDA DE RUA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE  
ANÁPOLIS. PARECER FAVORÁVEL.

## **PARECER**

### **1 – RELATÓRIO**

Este parecer destina-se à análise do Projeto de Resolução nº 372/2025, de iniciativa do vereador Jean Carlos acompanhado dos membros da Mesa Diretora, que institui o Certificado de Reconhecimento "Dirceu Alves da Silva" aos atletas de corrida de rua no âmbito do Município de Anápolis.

O parecer foi feito sob a análise da Constituição Federal, da Legislação Municipal e do Regimento Interno desta Casa.

Dessa forma, incumbe a esta Comissão, nos termos do Art. 103, §1º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a elaboração de parecer sobre todos os processos relacionados à atividade legislativa, bem como sobre aqueles expressamente indicados no Regimento, sempre sob a perspectiva da legalidade e constitucionalidade.

### **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

#### **2.1 - Análise do Projeto de Lei - Análise Técnica**

O presente Projeto de Resolução, tem por objetivo homenagear personalidades e instituições que tenham se destacado na promoção do atletismo profissional e do esporte amador como instrumento de inclusão social, da promoção da saúde pública e incentivo à qualidade de vida.

Sob o ponto de vista jurídico-formal, observa-se que a escolha do instrumento legislativo, Projeto de Resolução, é plenamente adequada, uma vez que trata de matéria restrita à organização e ao funcionamento interno da Câmara Municipal.

Ainda destaca-se que a matéria encontra respaldo no art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, que confere aos Municípios a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e para suplementar a legislação federal no que couber.

O artigo 101, §1º alínea "f" do Regimento Interno da Câmara de Anápolis



estabelece expressamente que a resolução como proposição destinada a criação de formas de homenagem e que não dependam de sanção do Prefeito. Portanto, a iniciativa encontra-se dentro das prerrogativas legislativas do vereador, não havendo qualquer extrapolação de competência ou afronta à separação de poderes, visto que a norma não produz efeitos externos nem interfere na administração municipal.

Dessarte, conclui-se pela juridicidade e constitucionalidade da iniciativa, plenamente compatível com os princípios consagrados na Constituição da República e com as disposições regimentais da Casa Legislativa.

### 3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o Projeto de Resolução nº 372/2025 está em conformidade com a Constituição Federal, com a Lei Orgânica do Município de Anápolis e com o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Assim, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Resolução nº 372/2025.

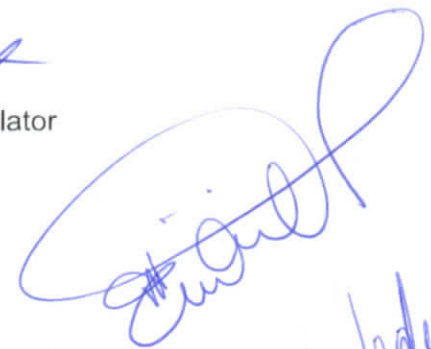
É o parecer.

Anápolis, 02 de dezembro de 2025.

  
Vereador Relator

**ELIAS DO NANA**  
VEREADOR

  
**Jean Carlos Ribeiro**  
Vereador

  
Ananias José de O. Júnior  
Vereador

  
Wederson C. da Silva Lopes  
Vereador

  
Ademilton Coelho de Souza  
Vereador

Encaminhe-se à Comissão de Educação,  
Cultura, Ciência e Tecnologia

em 02/12/2025

  
Presidente